

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elísios, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUIZ FARIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FARIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEDEIROS E JUDITH BRITO

Editor executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CÍZAR DE CARVALHO LEITE, MARCELO COLLUCCI, JAMIRO DE FREITAS, GILBERTO DRUMMONT, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HILTON CORREIA, CÉSIO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEDEIROS, LUIZ FARIAS E OTAVIO FARIAS FILHO (secretário)

Diretoria executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comércio), ADALBERTO FERNANDES (indústria/tecnologia), MURILLO BOSSAI (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças) e MIGUEL LONGO JUNIOR (planejamento)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Debate engessado

Excessivo rigor na questão das candidaturas antecipadas contraria a natureza do processo político democrático

NÃO É SEGREDO para ninguém que a inesgotável série de inaugurações das obras do PAC — existentes ou ainda por fazer — serve como palanque para a candidatura governista às eleições presidenciais.

Do mesmo modo, o virtual candidato do PSDB se envolve em iniciativas de óbvio interesse eleitoral — que vão da intensa propaganda das realizações do governo paulista na TV à recente ampliação do número de beneficiados no programa Renda Cidadã, sem contar atividades menos administrativas, como a observação de desfiles carnavalescos.

Recordem-se a esse propósito as fotos de Dilma Rousseff e José Serra presenciando as evoluções do bloco Galo da Madrugada, no Carnaval do Recife. Sem ser nenhuma carapuça, o adereço folclórico que envergaram na cabeça trazia, táctica, a mensagem inconfundível: são candidatos.

Há assim um componente de formalismo, e outro de hipocrisia, nas reclamações da oposição e nas interpretações da Justiça Eleitoral quanto ao fato de se estar antecipando a campanha sucessória. Ainda que a legislação em vigor deva ser cumprida, são muitas e inevitáveis as frestas que se abrem diante de determinações irrealistas e em última análise contrárias à própria natureza da vida política.

Duplo emprego

UM SIMPLES cruzamento de dados realizado pelo governo federal tornou tangíveis alguns dos principais vícios do Estado brasileiro. Uma parcela do empreguismo, do desperdício de recursos e da ineficiência da máquina estatal foi quantificada ao se revelar que 164 mil servidores são suspeitos de acumular cargos públicos de forma indevida.

Os investigados se valem da falta de checagem entre as diferentes esferas da Federação para auferir rendimentos de cargos na União, de um lado, e no funcionalismo público estadual, de outro. Estima-se que R\$ 1,7 bilhão poderia ser economizado anualmente com o fim dos casos de duplo emprego.

Os exemplos levantados representam apenas uma fração do total desse tipo de desvio, vedado de forma geral pela lei, embora a Constituição abra ocasionais exceções à regra de dedicação exclusiva no serviço público. Nesta primeira comparação foram usadas informações sobre funcionários do Executivo federal e de 12

Numa sociedade democrática, não há como desejar que campanhas políticas tenham data para começar. Se a legislação procura, com razão, zelar para que a disputa entre candidatos se dê com um mínimo de igualdade de condições, isso não implica que se deva restringir o processo sucessório em função do calendário da campanha oficial.

A existência de regras para o período em que a disputa começa formalmente não significa que tudo deva ser proibido nos meses que a antecedem.

Com certeza, o abuso da máquina pública, com a arregimentação de servidores para atos políticos, ou o desvio de verbas oficiais para fins partidários, deve ser coibido em qualquer ocasião.

Torna-se difícil, contudo, impedir que uma ministra participe de eventos celebratórios ao lado do presidente, ou que um governador acelere sua agenda de inaugurações antes de desincompatibilizar-se do mandato.

Surtem, desse modo, subterfúgios ridículos de palanque, a que se contrapõem intermitentes iniciativas de punição — como a multa de R\$ 5.000 imposta pelo TSE ao presidente Lula por ter “interagido” com a plateia que aclamava a candidatura Dilma Rousseff, em inauguração no Rio de Janeiro.

Dizer, como Lula fez naquela ocasião, que não estava engajado numa campanha em favor de Dilma é de uma inverdade quase cômica — e o eleitor sabe disso. Sabe, também, das movimentações eleitorais da oposição.

Escolherá melhor quanto maior a liberdade para o debate — que formalismos de calendário não devem engessar.

Estados, além do Distrito Federal. Cadastros referentes a municípios e demais Poderes não foram examinados.

Um profissional que acumule dois cargos dificilmente reunirá condições de manter os níveis desejados de eficiência em todos eles. Prestará um serviço precário — ou sua função seria dispensável para o bom funcionamento da administração. As duas possibilidades se combinam quando são multiplicados, aos milhares, os casos de duplo emprego.

Ainda não existe um cadastro nacional de informações dos servidores públicos. O cruzamento de informações entre União e Estados depende da adesão dos governos locais. É preciso que os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como os demais entes federativos, participem do compartilhamento de dados.

Só assim, com informações de qualidade, o país poderá consolidar uma visão realista do funcionamento da burocracia pública — algo que facilitaria o combate aos pontos de ineficiência.



CLÓVIS ROSSI

Serra aponta seu problema

PARIS - Ao assumir sua candidatura à Presidência com aquele jeito José Serra de ser, o governador paulista disse o seguinte: “O Lula fez dois mandatos, está terminando bem o governo. O que nós queremos para o Brasil? Que continue bem e até melhor”.

Em três frases, Serra conseguiu, ao mesmo tempo, ser honesto na avaliação do governo do adversário, ser também óbvio e, por fim, definir a imensa dificuldade que terá para vencer a disputa.

De fato, é muito difícil encontrar quem ache que Lula está terminando mal o governo.

Mas uma das principais características do mundo político é a oposição negar-se sempre a reconhecer os fatos quando os fatos são favoráveis ao governo. Serra não caiu nessa tentação.

O problema é o item seguinte, a torcida para que o Brasil “continue bem e até melhor”. É óbvio. Salvo um ou outro tarado, não há nunca quem não queira que o país melhore. O problema para Serra será pro-

var que ele é a pessoa indicada para fazer o Brasil melhorar.

Imagino que a massa de eleitores se fará a seguinte pergunta: se está bem com Lula, como admite até o candidato a candidato da oposição, para que mudar?

A resposta de Serra será (ou foi) esta: “Pensem as ideias, as propostas e o passado, o que cada um fez, como foi provado na vida pública”.

Pode até ser que tais fatores pesem. Mas pouco. Vamos ser sinceros: ideias e propostas servem para debate entre especialistas. A massa é guiada pela emoção e/ou pelo sentimento pessoal de cada qual. E o sentimento predominante, repito, é o tal “feel good factor”, o sentir-se bem que predomina na população/eleitorado.

Passado conta? Talvez. Mas pode contar contra também. Afinal, todas as pesquisas mostram que a maioria do eleitorado está hoje mais contente do que quando Serra fazia parte do governo.

crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

31 de março

BRASÍLIA - Ao que tudo indica, teremos um 31 de março da pesada. Além de já naturalmente tensa, por marcar o golpe militar e abrir a brecha para “recados” de oficiais, a data vem chegando neste ano sob a tensão entre as Forças Armadas e a área de Direitos Humanos por causa do 3º PNDII e da criação da Comissão da Verdade para apurar torturas, desaparecimentos e mortes durante a ditadura.

No dia 31, Dilma Rousseff (chamada de “ex-guerrilheira” por setores fardados) sai do governo para a campanha, e o general de Exército Maynard Marques de Santa Rosa sai da ativa para a reserva.

Ele foi afastado do Departamento Geral de Pessoal do Exército, depois que a Folha publicou trechos de uma carta dele chamando a Comissão da Verdade de “comissão de calúnias”, cheia de “fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos”. Adivinha a quem se refere?

Colocado de escanteio pelo mi-

nistro Nelson Jobim, ficou calado. Passando para a reserva, vai abrir a boca? A resposta virá no dia 31, que neste ano será embrulhado no tema dos direitos humanos. Há reações tanto à nova versão do PNDII quanto ao desdém de Lula pelos dissidentes em Cuba. É como se ele escrevesse uma coisa aqui e fizesse outra lá, ao sabor das conveniências políticas e ideológicas.

Justiça seja feita: depois do cerco da Igreja, dos ruralistas, dos militares, do setor de comunicação e dos ministérios da Defesa e da Agricultura, o ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que não é nenhum xilta, vem lapidando cuidadosamente o 3º PNDII para que o diamante bruto, que visava o futuro, possa caber no presente.

Se Lula orientou Vannuchi para ouvir e rever, que os comandantes militares também controlem seus subordinados, como convém. Vale hoje o mesmo equilíbrio proposto na distensão: “Você segura os seus radicais que eu seguro os meus”.

eliane@uol.com.br

PLÍNIO FRAGA

Lula é o Plano Real de Dilma?

RIO DE JANEIRO - Desde a redemocratização, quem liderava as pesquisas seis meses antes do pleito tornou-se presidente — com uma exceção, claro, a confirmar a regra.

Em 1989, Collor já liderava as pesquisas a seis meses da eleição com vantagem superior a 30 pontos. A seis meses da eleição de 1994, Lula tinha 16 pontos sobre FHC (37% a 21%). Em período próximo em 1998, FHC estava 16 pontos à frente de Lula (41% a 25%).

A seis meses da eleição de 2002, Lula estava sete pontos à frente de Serra e 11 de Ciro (29% x 22% x 18%). faltando os mesmos seis meses para o pleito em 2006, Lula li-vrava uma vantagem de 19 pontos sobre Alckmin (42% a 23%).

A exceção de 1994 — na qual FHC reverteu vantagem de Lula, que chegou a 26 pontos — é justificada porque houve uma radical mudança político-econômica do país com o lançamento do Plano Real. Segundo pesquisa Ibope desta semana, repetindo tendência ante-

riormente apontada pelo Datafolha, José Serra (PSDB) tem 35% das intenções de voto contra 30% de Dilma Rousseff (PT), 11% de Ciro Gomes (PSB) e 6% de Marina Silva (PV). A seguir a série histórica, Serra tem mais chances de ser eleito? Ou 2010 tem algum ponto de semelhança com 1994?

Serra tem hoje a menor vantagem entre os candidatos que já lideraram as pesquisas a seis meses antes do pleito, estando mesmo no limite do empate técnico. Serra vem numa linha descendente; Dilma numa linha ascendente.

O Plano Real atingiu 80% de aprovação em setembro de 1994, seu ápice. No Ibope da semana passada, a aprovação a Lula foi a 83%.

Em 1994, FHC começou a crescer a cinco meses da eleição e o fez por quatro meses seguidos, indo de 17% para 45%. A três meses da eleição, já havia superado Lula.

Há um ano, Dilma tinha 8% dos votos. Hoje tem quase três vezes mais. Lula é o Plano Real de Dilma?

EMÍLIO ODEBRECHT

A televisão e a política

A CAMPANHA eleitoral deste ano, que extraoficialmente já está nas ruas, é mais um passo importante na caminhada do Brasil rumo ao futuro.

Quanto mais as práticas democráticas ocorrem, mais os cidadãos se aperfeiçoam nas mesmas. A construção da boa política é, sobretudo, fruto de uma espécie de pedagogia continuada feita de sucessivas experiências do exercício do voto ao longo do tempo.

Como toda pedagogia, esta também se enriquece com o contato humano. É exatamente sobre isso que quero falar.

Antigamente, nossa política padecia de males graves, os quais, felizmente, estão superados. Lembremos-nos da República Velha, onde os resultados dos pleitos eram sistematicamente fraudados; dos usos e costumes nos tempos do coronelismo no Nordeste; e mesmo da pura e simples ausência do direito de votar nos períodos autoritários que já vivemos.

Mas não fará mal algum admitirmos que havia um lado bom na política de contato: a proximidade entre população e governantes era muito maior do que na atualidade.

As campanhas eram feitas na base de comícios. Nos períodos eleitorais, qualquer pessoa tinha a chance de ouvir o candidato no qual pretendia votar discursando e expondo em praça pública sua biografia e seus compromissos de governo. Tais práticas conferiam à política uma dimensão humana que está se perdendo. Hoje, o que faz diferença é a televisão.

Não faria sentido, obviamente, que os partidos trocassem a força da TV — através da qual se fala com milhões de pessoas ao mesmo tempo — pelo corpo a corpo nas ruas. Mas com isso, nossos políticos estão privados das vaivas e dos aplausos, que são, sem dúvida, os melhores termômetros da receptividade do eleitorado.

A campanha pela TV não é um mal em si. O problema está no papel que cabe ao candidato. Nas coligações o que conta não são as convergências programáticas e ideológicas, mas os minutos na televisão que os partidos têm para oferecer. O discurso não é pautado pelo formulador do plano de governo, mas pelo marqueteiro — senhor absoluto das falas, das roupas, dos óculos e até do corte do cabelo do candidato.

Perdemos a autenticidade do passado e não me parece saudável que a maior parte do povo brasileiro conheça quem pretende conduzir nosso destino na tela de um televisor, embaçado em um artificialismo distante do mundo real, reprodutível, sem convicção, gestos teatrais.

Interpretar papéis é tarefa para atores; gerir um país é encargo de estadistas. Revelar a diferença que há entre uns e outros seria muito bom para nossa democracia.

EMÍLIO ODEBRECHT escreve aos domingos na coluna.

FRASES

SUCCESSÃO 1
Tem que ver quem é que vai ser presidente... O presidente é insubstituível

JOSÉ SERRA
governador de São Paulo, ao confirmar que vai selancar em abril, antena na Folha.

SUCCESSÃO 2
Estão tentando trazer 2005 para a eleição de 2010, mas não acho que isso seja eficaz

DILMAR ROUSSEFF
ministro da Casa Civil, sob a convocação do tesoureiro do PT por um CPI, antena na Folha.

SUCCESSÃO 3
Precisamos sair destes rótulos. Eu não sei o que significa esta história de 'neoliberalismo verde'

MARINA SILVA
senadora pelo PV, ao dizer que sua agenda não é de direita nem de esquerda, antena na Folha.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.